

política



Repórter Brasília

Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Alerta ao setor de reciclagem



TÂNIA MEINERZ/JC

O deputado federal gaúcho Carlos Gomes (Republicanos, foto) alerta para os riscos que a redução de incentivos à indústria de reciclagem pode trazer à cadeia produtiva do setor. Segundo ele, “a medida pode afetar diretamente cooperativas e milhares de trabalhadores que dependem da atividade como fonte de renda”.

Risco de queda na demanda

O parlamentar destacou que a falta de estímulos pode levar a indústria a substituir o uso de materiais recicláveis por matérias-primas virgens, reduzindo a demanda pelos produtos coletados pelas cooperativas.

Defesa de ajustes na reforma

O deputado Carlos Gomes defende que a regulamentação da reforma tributária considere as especificidades do setor e propõe a revisão das regras durante o período de transição. O deputado também cobra que o governo federal amplie o debate com o Congresso Nacional, alertando que o enfraquecimento da cadeia da reciclagem pode resultar em impactos econômicos e retrocessos sociais.

Congresso acelera antes das eleições

Com pauta social avançando e temas estruturais travados, Brasília entra na corrida contra o calendário eleitoral. O Congresso Nacional entrou no modo sobrevivência política em 2026: votar o que rende voto agora, e empurrar o que dá desgaste para depois das eleições, quando, na prática, nada anda mais.

Só temas de consenso

Na Câmara dos Deputados, a pauta da semana mostra essa escolha. Projetos de apelo social, proteção às mulheres, combate à violência e regulamentações pontuais, avançam com rapidez. São temas de consenso, baixo custo político e alto retorno eleitoral.

Evitar confronto

Mas o que realmente pesa segue travado. Nos bastidores, deputados admitem que a orientação é evitar confronto. “Ninguém quer desgaste a seis meses da eleição”, resume um parlamentar gaúcho. A estratégia atinge tanto a base quanto a oposição. Enquanto isso, a fila cresce: 73 vetos presidenciais aguardando análise e mais de 20 medidas provisórias paradas. Um congestionamento que expõe não apenas lentidão, mas a fragilidade da articulação política do governo.

Jornada de trabalho

No eixo econômico, pouco avança. A redução da jornada de trabalho, defendida pelo senador Paulo Paim (PT), segue sem consenso. Já o senador Luis Carlos Heinze (PP) pressiona por pautas do agronegócio, enquanto o deputado federal Pompeo de Mattos (PDT), insiste em projetos de forte apelo social.

Mercado privado de precatórios tende a registrar aquecimento

Adesão de novas empresas ao programa está aberta até 15 de abril

/ CONTAS PÚBLICAS

Marcus Meneghetti

marcusv@jcrs.com.br

O Acordo Gaúcho - programa que autoriza empresas gaúchas a usar precatórios para abater até 75% das multas e 60% das dívidas junto à Fazenda estadual - deve aquecer o mercado privado de precatórios no Rio Grande do Sul. Além disso, a mudança no índice de correção dos precatórios e a conjuntura econômica favorável pode estimular a venda desses papéis.

De um lado, o programa estadual estimula empresas a comprar títulos da dívida dos 84.471 precatórios gaúchos. Ao todo, a dívida do Estado com precatórios soma mais de R\$ 17 bilhões. A dívida das empresas com a Fazenda estadual gira em torno de R\$ 42,6 bilhões.

De outro, a conjuntura econômica favorece à venda dos precatórios. Primeiro, a Emenda à Constituição (PEC) 136 - aprovada no Congresso Nacional em 2025 - derrubou o prazo para a União, os Estados e os municípios quitarem suas dívidas com precatórios até 2029.

Além disso, a emenda mudou o indexador da dívida com os precatórios. Antes, os valores eram corrigidos pela Selic (que atualmente está em 14,75% ao ano) - o que gerava um rendimento bem acima da inflação. Pelas novas regras, a dívida será corrigida pelo IPCA (aproximadamente 4,26% em 2025) mais 2%.

Apesar de a emenda estar sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, o advogado tributarista e

sócio-líder do Banco Fiscal, Pedro Schuch, lembra que as regras estão valendo. O Banco Fiscal é uma das principais entidades especializada na compra e venda de precatórios no Rio Grande do Sul.

“Os precatórios já estão sendo corrigidos pelo IPCA. Então, há uma queda drástica da rentabilidade. Embora agora seja corrigido pela inflação, existe um custo de oportunidade gigantesco, porque (o precatório) poderia vender seu precatório e botar o dinheiro no mercado financeiro. Se ele recebesse a Selic, já valeria a pena. Então, perde a atratividade ficar com um precatório na mão. Isso aquece o mercado”, analisou Schuch.

Conforme o líder do Banco Fiscal, o mercado privado comercializa os precatórios com 50% de deságio. Entretanto, o pagamento é feito à vista.

O programa Acordo Gaúcho foi aprovado na Assembleia Legislativa em 2024, prevendo descontos e prazos alongados para o pagamento de débitos em discussão judicial ou inscritos na dívida ativa do Estado. Em 2025, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) publicou no Diário Oficial do Estado (DOE) dois editais com as regras para a adesão.

Atualmente, está vigente o segundo edital - que prevê a adesão de novas empresas ao programa até 15 de abril. Essa rodada de negociação é destinada às empresas com “débitos de difícil recuperação ou irreversíveis”. Isso inclui empresas que devem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços (ICMS) ou outros tributos.

O texto menciona três tipos de “débitos de difícil recuperação ou irreversíveis”: primeiro, as dívidas de empresas em processo



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Pedro Schuch, do Banco Fiscal, diz que deságio é praticado a 50%

de recuperação judicial, liquidação judicial, liquidação extrajudicial, falência; segundo, as dívidas de empresas atingidas direta ou indiretamente pela catástrofe climática dos meses de abril e maio de 2024; e, por fim, o passivo de empresas que não possuam inscrições ativas no Cadastro Geral de Contribuintes de Tributos Estaduais - CGC/TE a partir de 31 de dezembro de 2024.

As empresas que se encaixam em alguma dessas três situações terão acesso a duas modalidades de renegociação. A primeira é destinada às empresas que pretendem usar apenas dinheiro para colocar em dia seus débitos. Nessa opção, há a previsão de descontos nas multas e juros, além do parcelamento em até dez vezes.

A segunda modalidade é destinada às empresas que planejam pagar suas dívidas usando dinheiro e precatórios. Nesse caso, há a possibilidade de abater até 60% do débito com precatórios do Executivo, autarquias ou fundações gaúchas. Também está previsto o parcelamento em até 10 vezes.

PGR se manifesta a favor da prisão domiciliar de Bolsonaro

/ JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou ontem a favor do pedido de prisão domiciliar protocolado pela defesa de Jair Bolsonaro (PL). O ex-presidente precisou ser transferido para um hospital em 13 de março após passar mal. Ele foi diagnosticado com um quadro de broncopneumonia.

“Ao ver da Procuradoria-Geral da República, está positada a necessidade da prisão domiciliar, ensejadora dos cuidados indispensáveis ao monitoramento, em tempo integral, do estado de saúde do ex-presidente, que se acha, comprovadamente, sujeito a súbitas e imprevisíveis alterações perniciosas de um momento para o outro”, escreveu o procurador-geral, Paulo Gonet.

Na quarta-feira passada, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, pediu ao hospital DF Star, onde Bolsonaro está internado, informações sobre o quadro clínico do ex-presidente. A instituição enviou ao ministro os boletins médicos e um prontuário completo. O ex-presidente recebeu alta da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e foi transferido ontem para um quarto do hospital.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323